



Consideramos a defesa dos direitos sociais, sobretudo da educação, como base essencial para a transformação da sociedade, da justiça social e da superação das desigualdades e pobreza que submete a população brasileira. A Educação Pública, gratuita e de qualidade é um direito constitucional e um projeto defendido pela nossa Organização. Reconhecemos também o direito legítimo da classe trabalhadora à greve e a lutar por seus direitos. Neste sentido, vimos nos solidarizar e demonstrar nosso apoio à greve das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), deflagrada dia 15 de abril na UFES e que já totalizam 55 IFES em greve. Nos somamos na denúncia do desmonte sofrido pela brusca redução nos recursos públicos destinados aos direitos sociais como um todo, e à educação pública em específico, que sofreu cortes bruscos desde a aprovação do “teto dos gastos” em 2016, no governo Temer e implementado na prática excludente e privatista do governo Bolsonaro.

É neste contexto que apoiamos a greve dos professores e das professoras da UFES como legítima, em defesa da recomposição dos orçamentos das IFES, que desde 2016 vem sofrendo a falta de investimentos em infraestrutura, permanência estudantil, bolsas de ensino, pesquisa e extensão, assim como da paralisação nas contratações de servidores, do reajuste segundo a inflação dos salários, que permaneceram congelados desde 2016. Compreendemos a importância de priorizar estas pautas e que são possíveis de serem atendidas pelo redirecionamento da dotação orçamentária da proposta já apresentada pelo próprio governo.

Reconhecemos ainda a ADUFES como parceira histórica do MST, na luta pela reforma agrária e pela transformação social, e nos somamos nesta luta pela defesa da educação e da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade.

Sem educação, não há transformação!

São Mateus, 24 de maio de 2024

Direção Estadual do MST - ES